

ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ Nº 36.207.020/0001-85

NIRE Nº 42 3 0005051-2

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Agrônômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A. (“ETP” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

A ETP é uma sociedade anônima cujo objeto social é a participação, como holding, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios. Atualmente a ETP controla 5 subsidiárias: Gavião Real Transmissora de Energia S.A., Graúna Transmissora de Energia S.A., Novo Estado Participações S.A., Galha Azul Participações S.A., e Asa Branca Transmissora de Energia S.A., cujas instalações de transmissão de energia elétrica estão localizadas nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraná, Santa Catarina e Tocantins.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

Controle Acionário

A Companhia possui ações ordinárias detidas pela ENGIE Brasil Energia S.A. e pela ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda, uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia.

Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	Consolidado			
	31.12.2025	31.12.2024	Varição (R\$)	Varição %
Receita operacional líquida	2.646.724	1.481.165	1.165.559	78,7
Custos operacionais	(1.584.832)	(502.288)	(1.082.544)	215,5
EBITDA (Lajida)	1.147.199	1.003.142	144.057	14,4
Resultado financeiro	(457.173)	(468.868)	11.695	(2,5)
Lucro líquido do exercício	438.783	320.292	118.491	37,0

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia, por meio de suas controladas diretas Graúna e Asa Branca, é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão dos Sistemas de Transmissão Graúna e Asa Branca, respectivamente, e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

Receita operacional líquida: acréscimo de R\$ 1.165.559 referente, principalmente, (i) pelo aumento de R\$ 1.040.645 correspondente ao crescimento na receita de construção de infraestrutura de transmissão, em consequência da evolução da implementação dos sistemas de transmissão, Asa Branca e Graúna, e da realização de reforços em ativos existentes, (ii) pela elevação de R\$ 103.777 na remuneração do ativo de contrato, ocasionado, especialmente, pelo aumento dos saldos dos ativos de contrato; e (iii) pelo aumento de R\$ 21.137 nas receitas de operação e manutenção decorrente da transferência de controle da controlada Gavião Real.

Custos operacionais: aumento de R\$ 1.082.544, referente, substancialmente, ao acréscimo de R\$ 1.070.343 no custo de implementação de infraestrutura de transmissão entre os exercícios em análise, parcialmente atenuada pelo demais efeitos líquidos que totalizam R\$ 12.201.

Ebitda: o aumento é oriundo, substancialmente, dos impactos supracitados bem como pelo registro, em 2025, da receita advinda da atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP no valor de R\$ 84.267.

Resultado financeiro: variação motivada, principalmente, pelo aumento da renda de depósitos vinculados e redução de juros e variação monetária sobre financiamentos.

Lucro líquido do exercício: aumento motivado pelos efeitos anteriormente citados, bem como os respectivos reflexos nos tributos sobre o lucro.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a Administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 36.207.020/0001-85| NIRE Nº 42 3 0005051-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.784	70	149.694	137.866
Contas a receber de clientes	5	-	-	115.783	93.914
Dividendos a receber de controladas	8	219.350	100.642	-	-
Ativo de contrato	6	-	-	783.178	639.150
Depósitos vinculados	7	-	-	6.136	2.312
Outros ativos circulantes		60	-	61.758	66.573
		230.194	100.712	1.116.549	939.815
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Ativo de contrato	6	-	-	8.710.991	6.946.260
Depósitos vinculados	7	-	-	101.834	111.305
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	1.317	1.317
Outros ativos não circulantes		-	-	14.689	5.298
		-	-	8.828.831	7.064.180
Investimento	8	3.817.430	2.288.137	-	-
Imobilizado		-	-	7.110	6.255
Intangível	9	-	-	280.704	293.383
		3.817.430	2.288.137	9.116.645	7.363.818
TOTAL		4.047.624	2.388.849	10.233.194	8.303.633

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	10	6	11	57.811	62.282
Dividendos	15.c	332.419	76.069	333.909	76.069
Financiamentos	12	-	-	215.993	209.549
Ações preferenciais resgatáveis	13	-	-	22.874	10.142
Obrigações fiscais e regulatórias		73	-	12.342	16.143
Outros passivos circulantes		106	-	18.720	8.676
		332.604	76.080	661.649	382.861
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	12	-	-	4.707.966	4.662.929
Ações preferenciais resgatáveis	13	-	-	480.868	493.278
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	647.639	438.746
Outros passivos não circulantes		-	-	20.052	13.050
		-	-	5.856.525	5.608.003
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	15				
Capital social		2.124.221	2.063.608	2.124.221	2.063.608
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.235.093	-	1.235.093	-
Reservas de lucros		42.892	20.953	42.892	20.953
Dividendos adicionais propostos		312.814	228.208	312.814	228.208
		3.715.020	2.312.769	3.715.020	2.312.769
TOTAL		4.047.624	2.388.849	10.233.194	8.303.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 36.207.020/0001-85| NIRE Nº 42 3 0005051-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	-	-	2.646.724	1.481.165
Custos operacionais					
Custos de implementação de infraestrutura		-	-	(1.500.889)	(430.546)
Serviços de terceiros		-	-	(40.697)	(44.960)
Depreciação e amortização	9	-	-	(13.319)	(13.252)
Material		-	-	(1.347)	(1.157)
Outros custos operacionais		-	-	(28.580)	(12.373)
		-	-	(1.584.832)	(502.288)
LUCRO BRUTO		-	-	1.061.892	978.877
Despesas operacionais					
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	6	-	-	84.267	25.341
Outras receitas (despesas) operacionais		(61)	(84)	1.040	(1.076)
		(61)	(84)	85.307	24.265
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	8	437.716	320.378	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		437.655	320.294	1.147.199	1.003.142
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		1.573	-	14.449	14.361
Renda de depósitos vinculados		-	-	14.725	11.434
Juros e variação monetária sobre financiamentos	12	-	-	(411.356)	(417.590)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	13	-	-	(73.941)	(63.506)
Outras despesas financeiras, líquidas		(52)	(2)	(1.050)	(13.567)
		1.521	(2)	(457.173)	(468.868)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		439.176	320.292	690.026	534.274
Imposto de renda e contribuição social	17				
Corrente		(393)	-	(42.350)	(54.991)
Diferido		-	-	(208.893)	(158.991)
		(393)	-	(251.243)	(213.982)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		438.783	320.292	438.783	320.292

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	438.783	320.292	438.783	320.292
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	438.783	320.292	438.783	320.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ N° 36.207.020/0001-85 | NIRE N° 42 3 0005051-2
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31.12.2023	15	1.565.103	4.938	70.373	-	1.640.414
Aumento de capital		498.505	-	-	-	498.505
Dividendos adicionais		-	-	(70.373)	-	(70.373)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	320.292	320.292
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	16.015	-	(16.015)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(76.069)	(76.069)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	228.208	(228.208)	-
Saldos em 31.12.2024	15	2.063.608	20.953	228.208	-	2.312.769
AFAC		1.235.093	-	-	-	1.235.093
Aumento de capital ¹		60.613	-	-	-	60.613
Dividendos não reclamados ²		-	-	181	-	181
Dividendos adicionais		-	-	(228.208)	-	(228.208)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	438.783	438.783
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	21.939	-	(21.939)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(104.211)	(104.211)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	312.633	(312.633)	-
Saldos em 31.12.2025	15	3.359.314	42.892	312.814	-	3.715.020

(1) Em 31.12.2024 a investida Gavião Real era uma controlada direta da ENGIE Brasil Energia S.A. Em 01.05.2025 foi aprovado a transferência de titularidade das ações para a ETP. Mais detalhes disponíveis na Nota 8.

(2) Os valores de dividendos não reclamados foram transferidos de outros passivos para a reserva de retenção de lucros após prazo de prescrição de 3 anos, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, Art. 287, II, "a".

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 36.207.020/0001-85| NIRE Nº 42 3 0005051-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A. (“Companhia” ou “ETP”), anteriormente denominada ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A., com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 31.01.2020, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar, como *holding*, no capital de Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

A Companhia não tem funcionários e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora direta, ENGIE.

Acompanhamento dos Sistemas de Transmissão Asa Branca e Graúna

a.1) Asa Branca

Arrematado no Leilão de Transmissão 01/2023, promovido pela Aneel, o Lote 5 foi nomeado Asa Branca, e contará com cerca de 1.000 quilômetros de extensão. Localizado nos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, o empreendimento prevê a implantação de quatro linhas de transmissão de 500 kV em circuito simples, ajudando a escoar a energia gerada na Região Nordeste do país, para os maiores centros de consumo no Sudeste. O prazo de concessão do serviço público de transmissão é de 30 anos.

O Sistema de Transmissão Asa Branca, obteve autorização para o início da operação comercial do trecho Morro do Chapéu II – Poções III, a partir de 26.11.2025. Localizado no centro-sul do estado da Bahia, este trecho representa 33% da RAP do projeto, caracterizando o marco do início da operação. O trecho contempla a implantação de uma linha de transmissão de 500kV com 334km de extensão, além da ampliação de duas subestações associadas.

a.2) Graúna

Em 27.09.2024, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2024, promovido pela Aneel, o Lote 1, localizado nos estados de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, que prevê a instalação de cerca de 780 quilômetros de extensão, incluindo seis linhas de transmissão, duas subestações e um seccionamento novos, além da operação de outras linhas e subestações já existentes. Vale destacar que o Projeto conta com sinergias locais no Sistema de Transmissão Gralha Azul, inclusive no seccionamento da linha de transmissão, e em outros ativos da Companhia.

Ao todo, o novo sistema irá atravessar 47 municípios, nos citados inicialmente. O prazo de concessão será de 30 anos, contado da data de assinatura do contrato, que ocorreu em dezembro de 2024. Ainda em 2024 foi firmado contrato de engenharia executiva, fornecimento de material, construção de subestações, *bays* de conexões e adequações para subestações.

Em 18.07.2025, a Companhia assumiu a operação do trecho *brownfield* do projeto Graúna, referente ao Lote 1 do Leilão de Transmissão Aneel 02/2024. O trecho inclui quatro linhas de transmissão, totalizando 162 km, e duas subestações próprias, localizadas em MG e ES. A RAP deste trecho é de R\$ 14 milhões, correspondente a aproximadamente 5% da RAP total do projeto.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 02.04.2026.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, ETP, e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. As controladas são sediadas no Brasil. As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia. As sociedades consolidadas com a ETP são estas:

	Segmento operacional	Participação no capital (%)	
		31.12.2025	31.12.2024
Controladas diretas			
Asa Branca Transmissora de Energia S.A.	Transmissão	99,99	99,99
Gavião Real Transmissora de Energia S.A. ("Gavião Real") ¹	Transmissão	99,99	-
Gralha Azul Participações S.A. ("GAP") ² e controlada	Transmissão	100,00	100,00
Graúna Transmissão de Energia S.A. ("Graúna")	Transmissão	99,99	99,99
Novo Estado Participações S.A. ("NEP") ² e controlada	Transmissão	100,00	100,00

(1) Em 31.12.2024 a investida Gavião Real era uma controlada direta da ENGIE Brasil Energia S.A. Mais detalhes na Nota 8.

(2) Holding.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora direta, ENGIE. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.5) Ações preferenciais resgatáveis

Correspondem a ações preferenciais resgatáveis classificadas como passivos financeiros de acordo com a natureza e as características dessas ações, que determinam o pagamento de dividendos prioritários e cumulativos e resgate programado ou mandatário das ações a critério de seus titulares. As ações preferenciais resgatáveis são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas emissões e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.6) Ativo financeiro de concessão

O ativo financeiro referente ao empreendimento Novo Estado está sendo constituído em função da implementação do Reforço do Sistema Especial de Proteção (SEP), solicitado pela Aneel, o qual possui RAP associada, e que estão sendo reconhecidos à medida que as obrigações de performance são atendidas (construir, operar e manter) e o direito a receber se torna incondicional. A partir da entrada em operação do reforço, a Companhia passou a deter o direito contratual de receber a respectiva RAP, a qual será incorporada pelo regulador na próxima RTP. O saldo do ativo financeiro é atualizado mensalmente pelos mesmos índices de reajuste aplicáveis ao ativo de contrato. O montante está incluído nessas demonstrações financeiras como outros ativos.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) O&M. Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente destes contratos a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação do sistema de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo. A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para “o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra” em relação ao “CAPEX do Projeto”, ambos definidos nos respectivos planos de negócios. As margens propostas, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado “Parcela Variável” sobre a RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

b.1) Revisão tarifária periódica e atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP

A RTP tem como fundamento, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando em modificações nos valores das RAP futuras. A revisão ocorre no 5º, 10º e 15º ano após o leilão. Em função da revisão, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo financeiro. A atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP tem como base, principalmente, a expectativa de revisão da estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando em modificações nos valores das RAP futuras. Em função da revisão, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar a nova estimativa do fluxo financeiro.

c) Investimento

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

d) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

e) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa e de vida útil indefinida, especialmente, os ativos imobilizados, intangíveis e investimentos. Para os ativos imobilizados, no encerramento do exercício a Companhia analisa a existência de evidências de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Em situações não comuns, se tais evidências são identificadas, a Companhia procede ao teste de *impairment*. Ativos com vida útil indefinida são submetidos ao teste de *impairment* no mínimo anualmente e sempre que identificada indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

f) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

h) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02			
Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
CPC 51			
O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	59	70	68.583	58.742
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	10.725	-	81.111	79.124
	10.784	70	149.694	137.866

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, em fundos exclusivos de investimentos, que têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro e títulos privados, todos com liquidez diária. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2025 e 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial).

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 115.783 em 31.12.2025 (R\$ 93.914 em 31.12.2024) correspondem aos valores a receber dos contratos de encargos de uso da rede elétrica, os quais são reajustados anualmente em julho do respectivo ano. O prazo médio de recebimento é de, aproximadamente, 24 dias.

NOTA 6. ATIVO DE CONTRATO

a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Novo Estado	387.519	4.106.347	4.493.866	356.719	3.988.803	4.345.522
Gralha Azul	292.716	2.557.155	2.849.871	265.198	2.435.749	2.700.947
Asa Branca	82.950	1.729.115	1.812.065	12.304	478.824	491.128
Graúna	12.747	231.484	244.231	4.929	42.884	47.813
Gavião real	7.246	86.890	94.136	-	-	-
	783.178	8.710.991	9.494.169	639.150	6.946.260	7.585.410

b) Mutação do ativo de contrato

	Novo Estado	Gralha Azul	Asa Branca	Graúna	Gavião Real	Total
Saldos em 31.12.2023	4.176.685	2.587.310	9.324	-	-	6.773.319
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	6.972	10.846	449.686	1.736	-	469.240
Indenização paga pelos ativos existentes	-	-	-	44.336	-	44.336
Ganhos (perdas) por eficiência (ineficiência) na construção	11.512	(16.191)	4.049	-	-	(630)
Juros	224.157	185.242	5.044	196	-	414.639
Variação monetária	304.178	199.041	6.418	1.545	-	511.182
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	5.456	3.278	16.607	-	-	25.341
Recebimentos RAP construção	(383.438)	(268.579)	-	-	-	(652.017)
Saldos em 31.12.2024	4.345.522	2.700.947	491.128	47.813	-	7.585.410
Transferência de controle ¹	-	-	-	-	90.540	90.540
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	(13.193)	39.061	1.325.154	158.863	-	1.509.885
Ganhos (perdas) por eficiência (ineficiência) na construção	8.771	1.076	(114.801)	(13.095)	110	(117.939)
Juros	223.049	185.084	62.425	4.788	3.529	478.875
Variação monetária	299.314	206.578	36.158	5.923	2.750	550.723
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	11.981	7.011	17.718	45.411	2.146	84.267
Recebimentos RAP construção	(381.578)	(289.886)	(5.717)	(5.472)	(4.939)	(687.592)
Saldos em 31.12.2025	4.493.866	2.849.871	1.812.065	244.231	94.136	9.494.169

(1) 01.05.2025 foi aprovado a transferência de titularidade das ações da Gavião Real para a ETP. Mais detalhes disponíveis na Nota 8.

(2) Os valores negativos nos projetos Novo Estado e Gavião Real referem-se: (i) baixas de depósitos judiciais devido a êxito em ação tributária, ocasionando uma redução do custo total de construção do projeto; e (ii) reversão de provisões por conta da reavaliação da expectativa de desembolso dos valores, reduzindo o custo de construção e consequentemente a receita de construção após a aplicação da margem de construção.

A atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP tem como base, principalmente, a expectativa de revisão da estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando em modificações nos valores das RAP futuras. Em função da revisão, o saldo do ativo contratual foi ajustado para considerar a nova estimativa do fluxo financeiro. Como resultado foi apurado um ganho de R\$ 84.267 (R\$ 25.341 em 2024) no consolidado da Companhia.

c) Ganhos (perdas) por eficiência (ineficiência) na implementação de infraestrutura de transmissão

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das commodities, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade devem ser reconhecidas diretamente no resultado.

No exercício corrente, a Companhia reconheceu perda, líquida, por ineficiência na implementação de infraestrutura de transmissão de R\$ 117.939 (em 2024 houve o reconhecimento de perda, líquida, no montante de R\$ 630). A perda reconhecida foi motivada, substancialmente, pela revisão do CAPEX estimado para implantação de Asa Branca. Os efeitos negativos foram atenuados pelo reconhecimento de ganho por eficiência em Novo Estado, devido a redução do custo total de construção, conforme explicação apresentada no item b.

d) Premissas adotadas e outras informações relevantes

Premissas adotadas e outras informações relevantes	Novo Estado ¹	Gralha Azul ²	Asa Branca	Graúna ³	Gavião Real
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal) ⁴	305.498	226.504	249.300	252.245	6.485
RAP anual – Construção (valor nominal) ⁴	263.849	202.553	236.385	237.110	6.278
CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2025	3,3 bilhões	1,8 bilhão	2,7 bilhões	2,9 bilhões	78,3 bilhões
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2025 ⁵	3.707.234	2.139.715	1.634.901	147.174 ⁶	82.871
Entrada total em operação comercial	03.2023	03.2023	03.2029	12.2027	07.2024
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	07.2028	07.2028	07.2029	07.2030	07.2028
Prazo da concessão	30 anos	30 anos	30 anos	30 anos	30 anos
Data assinatura contrato de concessão	08.03.2018	08.03.2018	29.09.2023	09.12.2024	30.09.2022
Vigência do contrato de concessão	03.2048	03.2048	09.2053	12.2054	09.2052
Leilão	002/2017	002/2017	001/2023	002/2024	001/2022
Lote adquirido	Lote 3	Lote 1	Lote 5	Lote 1	Lote 7
Deságio em relação à RAP determinada pela Aneel	35,7%	34,8%	42,8%	48,1%	59,9%
Quantidade de subestações	1	5	n/a ⁷	4	n/a ⁷
Extensão da linha de transmissão	1.800 km	1.000 km	1.006 km	944 km	1 km

(1) Em 18.05.2021, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.996, e em 11.10.2022, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.940, a Aneel autorizou a Novo Estado a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade.

(2) Em 28.03.2024, por meio da Resolução Autorizativa nº 936, a Aneel autorizou a Gralha Azul a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade.

(3) O lote 1 prevê a instalação de cerca de 780km de novas linhas de transmissão e duas novas subestações, bem como a continuidade na prestação de serviços de ativos existentes (164km de linhas de transmissão e duas subestações).

(4) Valores considerando a resolução homologatória nº 3.216 de 2023, que contempla a Revisão Tarifária Periódica.

(5) Valores correntes e considerando o capex investido nos respectivos reforços autorizados pela Aneel.

(6) Valores desconsiderando o montante pago à título de indenização pelo ativos existentes.

(7) Aplicação em subestação de terceiros.

Os ativos de contratos são remunerados a uma taxa média de 7,4% a.a. A Companhia atribuiu margens esperadas de construção e de O&M, antes dos impostos, sendo em média 6,3% e 39,9%, respectivamente.

e) Perfil de realização do ativo de contrato apresentado no ativo não circulante

	Consolidado					
	Novo Estado	Gralha Azul	Asa Branca	Graúna	Gavião Real	Total
2027	188.690	117.686	39.508	1.489	3.282	350.655
2028	191.900	119.538	65.610	8.510	3.403	388.961
2029	195.111	121.389	66.092	8.510	3.444	394.546
2030	195.111	121.389	66.573	8.561	3.444	395.078
2031	195.111	121.389	66.573	8.612	3.444	395.129
2032 a 2036	967.012	602.020	329.771	42.884	16.962	1.958.649
2037 a 2054	2.173.412	1.353.744	1.094.988	152.918	52.911	4.827.973
	4.106.347	2.557.155	1.729.115	231.484	86.890	8.710.991

NOTA 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 107.970 (R\$ 113.617 em 31.12.2024). Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco da Amazônia (BASA), e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida.

NOTA 8. INVESTIMENTO

a) Mutação do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora					Total
	Novo Estado	Gralha Azul	Graúna	Asa Branca	Gavião Real	
Saldos em 31.12.2023	1.005.151	602.244	39	8.512	-	1.615.946
Aumento de capital	101.230	30	46.000	406.135	-	553.395
Equivalência patrimonial	124.240	149.271	1.235	45.632	-	320.378
Dividendos	-	(190.452)	(293)	(10.837)	-	(201.582)
Saldos em 31.12.2024	1.230.621	561.093	46.981	449.442	-	2.288.137
Transferência de controle	-	-	-	-	60.613	60.613
Aumento de capital	110	50	142.260	1.203.393	-	1.345.813
Redução de capital	-	-	-	-	(28.122)	(28.122)
Equivalência patrimonial	166.531	154.252	37.453	73.558	5.922	437.716
Dividendos	(115.353)	(142.989)	(8.895)	(17.470)	(2.020)	(286.727)
Saldos em 31.12.2025	1.281.909	572.406	217.799	1.708.923	36.393	3.817.430

a.1) Transferência de controle

Em 01.05.2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social da ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A. (nova denominação de ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A) em R\$ 60.613. O aumento foi efetuado pelo acionista controlador, ENGIE Brasil Energia, por meio da transferência da titularidade das suas ações na investida Gavião Real Transmissora de Energia S.A.. Com isso, o controle societário direto da Gavião Real Transmissora de Energia S.A. passou a ser exercido pela ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A.

b) Informações financeiras das principais controladas em 31.12.2025

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Participação (%)
Novo Estado Participações S.A.	1.070.738	5.037.088	3.755.179	1.281.909	166.531	99,99
Gralha Azul Participações S.A.	435.065	3.015.957	2.443.551	572.406	154.252	100,00
Graúna Transmissora de Energia S.A.	188.300	248.480	30.681	217.799	37.453	99,99
Asa Branca Transmissora de Energia S.A.	1.617.311	1.822.726	113.803	1.708.923	73.558	100,00
Gavião Real Transmissora de Energia S.A.	25.128	98.098	61.705	36.393	5.922	100,00

c) Dividendos a receber da controladas

Em 31.12.2025, a Companhia possui R\$ 219.350 (R\$ 100.642 em 31.12.2024) de dividendos a receber de controladas, sendo R\$ 177.658 (R\$ 89.284 em 31.12.2024) oriundo da controlada Gralha Azul Participações S.A., R\$ 28.535 (R\$ 11.065 em 31.12.2024) da controlada Asa Branca Transmissora de Energia S.A., R\$ 9.188 (R\$ 293 em 31.12.2024) oriundo da controlada Graúna Transmissora de Energia S.A., R\$ 1.950 da controlada Novo Estado Participações S.A. e R\$ 2.019 da controlada Gavião Real Transmissora de Energia S.A.

NOTA 9. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Direitos de projetos em desenvolvimento	209.339	218.756
Direito de uso de ativos	71.365	74.627
	280.704	293.383

Os direitos de projetos em desenvolvimento correspondem ao valor justo pago quando da aquisição de Novo Estado pela controlada direta Novo Estado Participações S.A. que excedia o valor contábil dos ativos líquidos, o qual foi apurado por avaliador externo especializado para avaliação a valor justos. Adicionalmente, a Companhia apurou um direito de concessão oriundo do reconhecimento do passivo fiscal diferido de R\$ 71.365, tal saldo está apresentado na rubrica de "Direito de uso de ativos" na tabela de composição apresentada nesta nota.

A amortização desse montante está sendo realizada de forma linear no prazo da autorização de uso dos ativos. Em 2025 a Companhia amortizou o montante total de R\$ 12.679 (R\$ 12.639 em 2024), sendo R\$ 9.417 (R\$ 9.417 em 2024), referente aos Direitos de projetos em desenvolvimento e R\$ 3.262 (R\$ 2.952 em 2024), referente ao Direito de uso dos ativos.

NOTA 10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	46.179	47.378
Fornecedores de materiais e serviços	11.510	14.794
Encargos de uso da rede elétrica	122	110
	57.811	62.282

NOTA 11. GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA e ao CDI, em decorrência dos financiamentos e ações preferenciais. A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo. A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
	31.12.2025	31.12.2026	Provável	$\Delta + 25\%^1$	Administração
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.
CDI	14,9%	12,1%	-2,8 p.p.	3,0 p.p.	-0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. As variações que poderão impactar o resultado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Financiamentos				
IPCA	4.923.959	10.812	(42.624)	(2.067)
Ações preferenciais resgatáveis				
CDI	503.742	12.181	(14.421)	179

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	5.427.701	5.375.898
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(149.694)	(137.866)
(-) Depósitos vinculados	(107.970)	(113.617)
Dívida líquida	5.170.037	5.124.415
Patrimônio líquido	3.715.020	2.312.769
Dívida líquida/Patrimônio líquido	1,4	2,2

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				Fluxo de caixa contratual	Contábil
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Fornecedores	57.811	-	-	-	57.811	57.811
Ações preferenciais resgatáveis	87.922	188.496	222.998	476.019	975.435	503.742
Financiamento	390.811	786.002	774.312	4.838.293	6.789.418	4.923.959
	536.544	974.498	997.310	5.314.312	7.822.664	5.485.512

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	81.111	79.124
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	68.583	58.742
Contas a receber de clientes	115.783	93.914
Depósitos vinculados	107.970	113.617
	373.447	345.397
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	57.811	62.282
Financiamentos	4.923.959	4.872.478
Ações preferenciais resgatáveis	503.742	503.420
	5.485.512	5.438.180

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 12. FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	188.253	3.949.956	4.138.209	176.835	3.955.546	4.132.381
BASA	18.811	758.010	776.821	24.000	707.383	731.383
Encargos	8.929	-	8.929	8.714	-	8.714
	215.993	4.707.966	4.923.959	209.549	4.662.929	4.872.478

b) Mutação dos financiamentos

	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2023	4.874.600
Juros	218.463
Varição monetária	199.127
Amortização de principal	(200.905)
Amortização de juros	(218.807)
Saldo em 31.12.2024	4.872.478
Transferência de controle ¹	57.639
Juros	209.238
Varição monetária	202.118
Amortização de principal	(195.967)
Amortização de juros	(221.547)
Saldo em 31.12.2025	4.923.959

(1) 01.05.2025 foi aprovado a transferência de titularidade das ações de Gavião Real para a ETP. Mais detalhes disponíveis na Nota 8.

c) Vencimentos dos financiamentos apresentado no passivo não circulante

	Consolidado
2027	218.923
2028	224.027
2029	230.877
2030	235.988
2031	241.425
2032 a 2036	1.298.149
2037 a 2041	1.475.845
2042 a 2045	780.761
2047 a 2051	1.971
	4.707.966

d) Condições contratadas

	Encargos	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2025
		Vencimento	Principal e encargos	
Gralha Azul				
BNDES	IPCA + 3,83% a.a.	03.2044	Mensais, a partir de outubro de 2023	1.952.791
Novo Estado				
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	05.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	2.193.050
BASA	IPCA + 1,44% a.a.	08.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	720.437
Gavião Real				
BASA	IPCA + 5,77% a.a. (sem Bônus de Adimplência) IPCA + 4,91% a.a. (com Bônus de Adimplência)	11.2047	Principal: Mensais a partir de 05.2027 Juros: Mensais a partir da liberação	57.681

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança corporativa da ENGIE.

f) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES e BASA	ICSD ¹ ≥ 1,3

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida, conforme definido em contrato.

f.1) Gralha Azul

No exercício findo em 31.12.2025, a Companhia atingiu o limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida estabelecido em seu contrato firmado com o BNDES.

f.2) Novo Estado

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") previsto nos contratos de financiamento de Novo Estado é apurado para fins de acompanhamento dos limites de distribuição de recursos aos acionistas e volume de contas reservas e seu não atingimento não é previsto como evento de inadimplemento, e, dessa forma, não sujeito ao vencimento antecipado da dívida. Nos exercícios findos em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Novo Estado atingiu o limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida estabelecido em seus contratos firmados com o BNDES e BASA.

f.3) Gavião Real

No exercício findo em 31.12.2025, a Companhia atingiu o limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida estabelecido em seu contrato firmado com o BASA.

NOTA 13. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

Em 21.08.2020, foi aprovado pela Administração da controlada Novo Estado Participações, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas escriturais, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R\$ 500.000. A emissão ocorreu em 01.09.2020. As ações dão direito de participar dos dividendos declarados e distribuídos pela controlada de forma prioritária e cumulativa. A partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos estão sendo destinados semestralmente, não estando a controlada obrigada a distribuir dividendos antes deste evento. Os custos de emissão totalizaram R\$ 23.243 e foram custeados pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, nos termos da emissão.

A quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 94.014.683, subdivididas em 12 classes, com diferentes prazos de resgate, sendo o prazo de resgate da última classe 31.10.2034. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Novo Estado Participações S.A.	5,2385	2,6192	2,6192

Para efeitos societários na controlada, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$ 250.000, e parte como reserva de capital, no montante de R\$ 250.000. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento financeiro, portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de qualquer pagamento de proventos ou distribuições pela controlada.

a) Mutação das ações preferenciais resgatáveis

	Consolidado
Saldo em 31.12.2023	588.763
Juros	63.506
Amortização de principal	(2.500)
Amortização de juros	(146.349)
Saldo em 31.12.2024	503.420
Juros	73.941
Amortização de principal	(2.500)
Amortização de juros	(71.119)
Saldo em 31.12.2025	503.742
Passivo circulante	22.874
Passivo não circulante	480.868
Total	503.742

Em 2025, a Companhia, por meio de sua controlada, realizou o resgate das ações preferenciais de classe 3, no montante de R\$ 2.500 mil (R\$ 2.500 mil das ações preferenciais de classe 2 em 2024). Adicionalmente, em 2025 também foram efetuados os pagamentos de dividendos prioritários no montante de R\$ 71.119 (R\$ 146.349 mil em 2024). Vale ressaltar que os dividendos prioritários são apurados com base no lucro societário, em que os registros oriundos da emissão das ações preferenciais são tratados como instrumentos patrimoniais, ou seja, os resultados oriundos da atualização destes montantes não são considerados na base de distribuição.

b) Vencimentos das ações preferenciais resgatáveis apresentadas no passivo não circulante

	Consolidado
2027	12.500
2028	30.000
2029	42.500
2030	52.500
2031	82.500
2032 a 2035	260.868
Ações preferenciais resgatáveis	480.868

c) Condições contratadas

	Encargos	Vencimento	Condições de pagamento		Saldo em 31.12.2025
			Principal e encargos		
Itaú	CDI + 1,05% a.a.	10.2034	Parcelas semestrais a partir de outubro de 2023		503.742

NOTA 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Composição

Natureza dos créditos	Consolidado				31.12.2024
	31.12.2025				
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Receita de implementação de infraestrutura	2.249.531	562.383	202.458	764.841	571.095
Valor justo de direitos de projeto adquirido	209.339	52.335	18.841	71.176	74.380
Outros	108	27	10	37	37
Ativo:					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	532.168	133.042	47.895	180.937	200.562
Outros	25.863	6.466	2.329	8.795	7.521
Passivo líquido		(475.237)	(171.085)	(646.322)	(437.429)
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		(476.205)	(171.434)	(647.639)	(438.746)
Ativo		968	349	1.317	1.317
Total		(475.237)	(171.085)	(646.322)	(437.429)

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Consolidado
Saldo em 31.12.2023	278.438
Impostos diferidos no resultado	158.991
Saldo em 31.12.2024	437.429
Impostos diferidos no resultado	208.893
Saldo em 31.12.2025	646.322

NOTA 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2025, era de R\$ 2.124.221 (R\$ 2.063.608 em 31.12.2024), representado por 2.124.220.918 ações ordinárias (2.063.607.778 ações em 31.12.2024), todas nominativas e sem valor nominal, das quais 2.124.220.916 pertencem à ENGIE Brasil Energia S.A. e 2 de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Em 31.12.2025, a Companhia possuía o montante de R\$ 42.892 (R\$ 20.953 em 31.12.2024).

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações. A distribuição dos dividendos do exercício de 2025 está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	438.783	320.292
Reserva legal	(21.939)	(16.015)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	416.844	304.277
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	104.211	76.069
Total dos dividendos anuais	104.211	76.069

c.1) Mutação dos dividendos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2023	23.458	23.458
Dividendos adicionais	70.373	70.373
Dividendos mínimos obrigatórios	76.069	76.069
Pagamento de dividendos	(93.831)	(93.831)
Saldo em 31.12.2024	76.069	76.069
Transferência de controle ¹	-	1.490
Dividendos adicionais	228.208	228.208
Dividendos mínimos obrigatórios	104.211	104.211
Pagamento de dividendos	(76.069)	(76.069)
Saldo em 31.12.2025	332.419	333.909

(1) Em 31.12.2024 a investida Gavião Real era uma controlada direta da ENGIE Brasil Energia S.A. Em 01.05.2025 foi aprovado a transferência de titularidade das ações para a ETP. Mais detalhes disponíveis na Nota 8.

NOTA 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2025	2024
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	1.509.885	469.240
Remuneração de ativo de contrato	1.029.598	925.821
Operação e manutenção	107.241	86.104
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.646.724	1.481.165

NOTA 17. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	Consolidado					
	31.12.2025			31.12.2024		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	690.026	690.026	690.026	534.274	534.274	534.274
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	(172.507)	(62.102)	(234.609)	(133.569)	(48.085)	(181.654)
Diferenças permanentes	(9.858)	(6.776)	(16.634)	(21.714)	(10.614)	(32.328)
	(182.365)	(68.878)	(251.243)	(155.283)	(58.699)	(213.982)
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(28.767)	(13.583)	(42.350)	(38.378)	(16.613)	(54.991)
Diferido	(153.598)	(55.295)	(208.893)	(116.905)	(42.086)	(158.991)
	(182.365)	(68.878)	(251.243)	(155.283)	(58.699)	(213.982)
Alíquota efetiva	26,4%	10,0%	36,4%	29,1%	11,0%	40,1%

NOTA 18. SEGUROS

A Companhia, por meio das controladas indiretas Gralha Azul e Novo Estado, e da controlada direta Gavião Real, é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora direta ENGIE. A participação na referida apólice de cada controlada é de, respectivamente, R\$ 415.292, R\$ 288.164, e R\$ 47.943 para danos materiais. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

NOTA 19. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contratos de construção

	Consolidado				
	2026	2027	2028	2029	Total
Contratos de construção	2.019.508	1.914.075	141.644	1.088	4.076.315

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Gralha Azul, firmou contratos de construção de reforços das linhas de transmissão, conforme Nota 7 – Ativos de Contrato, vigentes até 2026, cujos compromissos futuros em 31.12.2025, eram de R\$ 30.974.

A Companhia, por meio de sua controlada direta, Asa Branca Transmissora de Energia S.A., assinou contrato para fornecimento de cabos de alumínio para linhas de transmissão, estruturas metálicas, reatores, disjuntores, *bays* de conexão e execução das obras das linhas de transmissão cujos compromissos futuros, em 31.12.2025, totalizavam o valor de R\$ 1.645.216.

A Companhia, por meio de sua controlada direta Graúna Transmissão de Energia S.A., firmou contratos para fornecimento de estruturas metálicas para linhas de transmissão, cabos de alumínio, transformadores, reatores, bobinas de bloqueio, sistema de proteção, serviços de engenharia, assessoria ambiental, arqueologia e execução das obras das linhas de transmissão, cujos compromissos futuros, em 31.12.2025, eram de R\$ 2.400.126.

b) Contratos de operação e manutenção (O&M)

A Companhia, por meio de suas controladas indiretas, mantém contratos de operação e manutenção vigentes atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 16.326.

NOTA 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Controladora		Consolidado
	ATIVO	PASSIVO	PASSIVO
	Dividendos	Dividendos	Dividendos
31.12.2025			
GAP ¹	177.658	-	-
Asa Branca	28.535	-	-
NEP ²	1.950	-	-
Graúna	9.188	-	-
Gavião Real	2.019	-	-
ENGIE	-	332.419	333.909
	219.350	332.419	333.909
31.12.2024	100.642	76.069	76.069

(1) Galha Azul Participações S.A.

(2) Novo Estado Participações S.A.

NOTA 21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27.03.2026, a ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A., participou do Leilão de Transmissão ANEEL nº 01/2026, conforme previamente aprovado na 291ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 26.03.2026.

Como resultado do Leilão, a ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A. arrematou os seguintes lotes e sublotes: Lote 2, Sublotes 3A, 3B, 3C e 3D, conforme divulgado no Fato Relevante publicado na mesma data.

Os principais aspectos dos projetos arrematados são:

Lote 2: construção de linha de transmissão de 230 kV, com extensão aproximada de 143 km nos estados do Paraná e Santa Catarina, com prazo de construção estimado em 42 meses e RAP contratada de R\$ 18,1 milhões, representando deságio de 46,89%.

Sublotes 3A a 3D: implantação de cinco compensadores síncronos nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, com RAPs contratadas variando entre R\$ 20,6 milhões e R\$ 39,6 milhões, e deságios entre 52,30% e 56,20%.

O prazo máximo para entrada em operação de todos os lotes arrematados é dezembro de 2029 e o prazo da concessão será de 30 anos, incluindo licenciamento, construção, operação e manutenção.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Henrique Labanca Novo
Diretor Presidente

Leonardo Germano Depiné
Diretor Administrativo e Financeiro

Matheus Amorim
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **ENGIE TRANSMISSÃO DE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento



Shape the future
with confidence

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.




Shape the future
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 2 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O